**Pedro Lourtie, na Comissão de Educação e Ciência**

**«Os politécnicos poderem outorgar o grau de doutor é inevitável»**

Os presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos de Castelo Branco, Leiria e Porto estiveram presentes na Comissão de Educação e Ciência para comunicar a posição dos colegas de todos os politécnicos aos deputados da Assembleia da República. Pedro Lourtie, presidente do Conselho Geral do Politécnico de Leiria, disse na Comissão que «os politécnicos poderem outorgar o grau de doutor é inevitável», considerando que acontecerá mais cedo ou mais tarde.

«Não poder outorgar o doutoramento é atualmente uma limitação ao desenvolvimento institucional», atestou Pedro Lourtie, destacando a evolução dos politécnicos, nomeadamente ao nível da formação dos recursos humanos (cerca de 42% do corpo docente é doutorado), do aumento da formação avançada e da prestação de serviços qualificados; e a realidade europeia, com alguns países com sistemas unitários (e não binários), e sistemas binários que têm evoluído no sentido dos politécnicos poderem conceder doutoramento independentemente da designação que adotam.

Quanto à internacionalização, e tendo em conta os objetivos dos politécnicos - de captação de estudantes estrangeiros e de parcerias transfronteiriças em formação e investigação -, Pedro Lourtie evidenciou a urgência em poderem utilizar a designação de *university of applied sciences,* termo internacionalmente aceite e compreendido, que não penaliza relacionamentos internacionais. «Uma designação internacionalmente aceite e usada facilitará o relacionamento externo, nomeadamente nos documentos oficiais em língua inglesa» explica.

Lourtie esclareceu ainda a razão da posição dos presidentes dos conselhos gerais, ao invés de ser feita pelos presidentes dos politécnicos, porque «presidem ao órgão que aprova os planos estratégicos e as linhas gerais de orientação das instituições, e contribuem com uma visão externa e mais distanciada das questões internas».

Os presidentes dos conselhos gerais dos politécnicos terminaram a audiência reiterando que defendem «a possibilidade legal dos politécnicos poderem outorgar o grau de doutor, naturalmente sujeitando-se aos critérios de acreditação da A3ES; e a adoção oficial da designação de *university of applied sciences* nos documentos oficiais em língua inglesa».

Os deputados dos vários grupos parlamentares manifestaram o interesse da intervenção dos presidentes dos conselhos gerais, e de contar com o seu contributo para a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo que terá lugar nos próximos meses.

Estiveram na Comissão de Educação e Ciência Proença de Carvalho, presidente do Conselho Geral do Politécnico de Castelo Branco, Pedro Lourtie, presidente do Conselho Geral do Politécnico de Leiria, e Manuela de Melo, presidente do Conselho Geral do Politécnico do Porto, em representação dos demais presidentes dos Conselhos Gerais dos politécnicos.

**Leiria, 3 de novembro 2016**

**Para mais informações contactar:**

Midlandcom – Consultores em Comunicação

Ana Frazão Rodrigues \* 939 234 508 \* 244 859 130 \* [afr@midlandcom.pt](mailto:afr@midlandcom.pt)

Maria Joana Reis \* 939 234 512 \* 244 859 130 \* [mjr@midlandcom.pt](mailto:mjr@midlandcom.pt)

Ana Marta Carvalho \* 939 234 518 \* 244 859 130 \* [amc@midlandcom.pt](mailto:amc@midlandcom.pt)